

22 JUN 1980

JORNAL DA TAPOL

DIVIDA

O martelo foi batido.

Acordo do Brasil com os bancos está acertado.

O Brasil e os bancos privados bateram o martelo, fechando o acordo de reescalonamento da dívida de médio prazo. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, que esclareceu faltar muito pouco para o anúncio oficial e simultâneo em Brasília e Nova York. Resta somente os bancos definirem entre si como será a participação de cada um nos US\$ 5,2 bilhões compreendidos pelo acordo, segundo Maílson.

O último ponto pendente para o fechamento do acordo — a cláusula de arresto de reservas e ativos brasileiros no Exterior, em caso de descumprimento do acordo — foi resolvido de forma satisfatória para o País, disse o ministro. "Encontramos um mecanismo que protege de forma adequada as reservas brasileiras no Exterior", ele afirmou. Mas não quis detalhar o mecanismo, alegando que só pode falar depois de feito o comunicado oficial.

A data desse comunicado depende apenas dos bancos, e não pode ser prevista agora, acrescentou Maílson. O ministro informou que os comunicados já estão prontos, e seriam divulgados hoje, se os bancos tivessem chegado a um acordo entre si. "Tudo o que dependeria de nós já está pronto", garantiu Maílson, tanto que os negociadores brasileiros — o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, e o secretário Internacional da Fazenda, Sérgio Amaral — estão voltando hoje ao Brasil.

Maílson anunciou também que o Brasil

pagará aos bancos entre US\$ 300 e US\$ 400 milhões logo que o protocolo (*term sheet*) do acordo for oficialmente anunciado. Esse dinheiro é referente aos juros vencidos de março. O ministro não quis dizer se o país precisará de um empréstimo ponte para pagar outras parcelas dos juros a vencer em 88.

Mas Maílson confirmou algumas das condições ligadas ao empréstimo de US\$ 5,2 bilhões. Ele vai financiar o pagamento de juros até junho de 89, e terá um prazo de 12 anos, com cinco de carência, e *spread* de 0,8125% (taxa de risco acima dos juros).

O ministro afirmou também que esse refinanciamento terá regras próprias no que se refere à conversão em investimentos, com parte dele destinado à conversão ao par, sem deságio. Outras parcelas serão vinculadas a projetos com o Banco Mundial, e ao lançamento de bônus de saída e de bônus da dívida brasileira, ficando uma parcela de US\$ 600 milhões para o financiamento do comércio exterior, a curto prazo.

Para Maílson, esse acordo é o melhor já realizado por um país do Terceiro Mundo, porque alia o mesmo *spread* já conseguido pelo México, Argentina, Chile e Equador, a condições mais favoráveis de prazo, e, principalmente, a desembolsos parcialmente desvinculados do cumprimento de cláusulas do futuro acordo com o FMI.

O ministro também considerou vantajoso o acordo para o reescalonamento do estoque da dívida com os bancos privados,

no valor de US\$ 64 bilhões. Esse acordo prevê um prazo de 20 anos, com oito de carência, *spread* 0,8125%, e *carve-out* — a repactuação de todo o estoque aos novos juros.

Críticas

"Precisamos combater esse acordo que está sendo fechado em Nova York", disse ontem o governador baiano Waldir Pires no Encontro Nacional sobre a Dívida Externa, promovido pela subcomissão da Dívida da Câmara dos Deputados. Ele pediu a volta do País à moratória do pagamento dos juros da dívida e a renegociação com os bancos credores em outras bases que não a convencional.

O economista Paulo Nogueira Batista Junior sustentou, no mesmo encontro, que o impacto da moratória sobre a dívida externa, no ano passado, foi de US\$ 424 milhões. Ele contestou os dados do ministro Maílson da Nóbrega, segundo os quais o impacto sobre a dívida foi de US\$ 2,5 bilhões.

O ex-presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore previu ontem que o Brasil conseguirá acumular reservas, tão logo feche o acordo com os bancos credores. Para ele, o acordo pode sair de forma muito melhor do que o esboçado por ele, em 82 e 83, no governo Figueiredo, em função do momento favorável da conjuntura internacional. Citou como exemplos a redução das restrições às importações por parte dos países credores e a menor valorização do dólar, que permite ao Brasil ampliar as exportações e obter mais divisas.